

**“Às vezes, eu penso que era melhor que a gente tivesse um patrão!”**  
**Uma análise situacional do centro comunitário *Vivendo e aprendendo***  
**a partir do conceito de governamentalidade de Michel Foucault**  
*“Parfois, je crois que ça serait mieux si on avait un patron”*  
*Une analyse situationnelle du centre communautaire Vivendo e aprendendo*  
*à partir de la notion de gouvernamentalité forgé par Michel Foucault*

Priscila Ximenes Souza do NASCIMENTO<sup>1</sup>  
Maria do Rozário Azevedo da SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda o conceito de *Governamentalidade*, elaborado por Michel Foucault, ao analisar a arte de governar subjacente da Idade Média e seu trajeto para a arte de governar que tem por princípio o funcionamento do Estado. Este conceito foi o aporte teórico para a análise situacional da creche do Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo que tem por princípios a Educação Popular e as práticas solidárias e coletivas e que, atualmente, vem enfrentando conflitos internos e externos que afetam tais princípios. Tal análise nos levou à reflexão de que há uma confusão entre Governo e Estado e uma não percepção das estratégias de dominação individualizantes e totalizantes, discutidas por Foucault, mas que também diante de enfrentamentos como estes faz-se necessário o uso de mecanismos de luta diversos e específicos.

**Palavras-chave:** Governamentalidade. Movimento popular. Tecnologias de dominação.

**Résumé:** Cet article traite sur le concept de gouvernamentalité élaboré par Michel Foucault, dans la perspective du concept de l'art de gouverner sous-jacente au Moyen Âge et qui a pour principe le fonctionnement de l'État. Ce concept a été la base théorique pour l'analyse situationnelle de la crèche du Centre Communautaire Vivendo e Aprendendo qui a comme principes l'Éducation Populaire et les pratiques solidaires et collectives. Actuellement, cet établissement est victime des conflits à l'intérieur du groupe et à son extérieur qui touchent tels principes. Pourtant, l'analyse nous a remis à la constatation suivante: il y a une confusion entre le Gouvernement et l'État et une certaine non-perception des stratégies de domination individuelles et totalizantes, qui sont discutées par Foucault. En face de affrontements comme ceux-ci il faut l'utilisation des mécanismes de lutte diversifiés et spécifiques.

**Mots-clés:** Gouvernamentalité, Mouvement populaire, Technologies de domination

## Introdução

Através de um breve e atento estudo do conceito de *governamentalidade* elaborado por Michel Foucault, trataremos nesse texto de uma análise situacional específica, à luz das discussões da arte de governar herdada da Idade Média, para uma arte de governar cuja a racionalidade tem por princípio e campo de aplicação o funcionamento do Estado.

O *Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo* oferece, há 23 anos, dentre outros serviços educacionais, o serviço de creche. Durante cerca de 20 anos este coletivo geriu a creche segundo os princípios da Educação Popular, tendo como objetivo central atender as

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - Núcleo de Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação. Contato: [priscilaxsouza@hotmail.com](mailto:priscilaxsouza@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - Núcleo de Formação de Professores e Prática Pedagógica. Contato: [rozario\\_azevedo@hotmail.com](mailto:rozario_azevedo@hotmail.com).

famílias que necessitavam de um espaço onde seus filhos permanecessem enquanto estivessem no trabalho. No entanto, em decorrência da relação com alguns parceiros, o funcionamento da creche vem mudando sua lógica de ação e isso ensejou diversos conflitos, que vão desde questões pedagógicas até político-administrativas.

A frase que intitula nosso texto tornou-se centro de nossas inquietações por percebemos na realidade analisada um descontentamento com a forma atual de gestão e um desejo de “tutela” que foge aos princípios pelos quais a creche é regida. Assim, nos questionamos: *Como um espaço de relações, decisões e práticas coletivas passou a considerar legítima uma relação patronal?*

Para tentar responder a essa questão, elaboramos um caminho metodológico unindo a análise de conteúdo, das falas e argumentações coletadas numa roda de diálogo, ao conceito de Governamentalidade de Foucault. De acordo com Chizzotti (2006), através da análise de conteúdo podemos decompor o texto (falas), percebendo seus sentidos e significados. Sendo assim, nessa tessitura encontramos a reflexão de que “Enquanto a linguística teve como objetivo a língua [...] a análise de conteúdo é a fala, isto é, o espaço individual e actual (em acto) da linguagem, [...] trabalha a palavra, quer dizer a prática de língua realizada por emissores identificáveis” (BARDIN, 2004, p.38).

Deste modo, organizamos o texto trazendo inicialmente um breve relato sobre o centro onde funciona a creche, numa tentativa de apresentar o contexto da realidade analisada. Num segundo momento, faremos uma apreciação teórica desta realidade na perspectiva do conceito de *governamentalidade* de Michel Foucault.

### **Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo: o campo empírico**

Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. (...) Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo.<sup>3</sup>

O registro por nós aqui apresentado foi colhido durante uma das atividades da *Escola de Educadores Sociais no Recife*, projeto fruto da parceria do movimento mundial *Trapeiros de Emaús* – Recife e Ipsia, instituição de cooperação italiana, sediada há 3 anos

---

<sup>3</sup> FOUCAULT. In: FISCHER, 2007, p. 52.

no Brasil. A escola funciona com seminários formativos para instituições não governamentais, organizações comunitárias e movimentos sociais. No momento em que visitávamos o *Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo*, lá estava acontecendo um destes seminários formativos. Estava sendo experimentado um processo de itinerância dessas formações que antes aconteciam centradas na *Associação Trapeiros de Emaús*, em Beberibe, Recife.

Dessa maneira, os relatos colhidos são frutos de uma roda de diálogo sobre práticas pedagógicas, mediado pelo Professor Doutor e Educador (como prefere ser identificado) Ivandro da Costa Sales. As pessoas pertencentes ao coletivo do centro que estavam presentes neste momento formativo e, dessa forma, os sujeitos com quem estabelecemos uma interlocução, foram especificamente a coordenação do centro (uma das fundadoras) e dois educadores que, quando crianças, foram atendidos pela creche. Vale salientar que um destes agora tem uma filha que também é atendida pelo serviço de creche do centro. Sendo assim, as falas citadas foram registradas na medida em que as intervenções foram feitas e em conversas específicas com a referida coordenação.

O *Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo* existe há 23 anos. Está localizado na cidade de Camaragibe, no loteamento Celeiro de Alegrias Futuras. Há pouco menos de três anos, o centro era reconhecido apenas como creche. A mudança aconteceu depois de discussões coletivas, nas quais foi percebido que o atendimento prestado não se restringia às crianças, mas estendia-se também aos adolescentes, jovens e até mesmo aos adultos.

O centro é resultado dos esforços de um grupo de homens e mulheres que não tinham com quem deixar seus filhos e filhas durante suas jornadas de trabalho. Em 1984, algumas destas famílias, após tentativas mal sucedidas de apoio em diversas instâncias do município, organizaram-se e alugaram um pequeno espaço para pôr em funcionamento a creche. “Procuramos apoio inclusive dos grandes latifundiários da cidade e da iniciativa privada. Todos nos disseram não!”, afirmou a Coordenadora do Centro.

Inicialmente, os equipamentos e utensílios utilizados no funcionamento da creche eram de uso pessoal dessas famílias e de algumas doações de pessoas próximas. Na medida em que conseguiam apoio, os organizadores da creche devolviam o que era cedido pelas famílias. E, assim, este projeto foi gestado durante um ano e meio.

Após muitos esforços e uma organização pedagógica e administrativa bastante sistematizada, a creche começou a ter apoio de instituições como a *Legião Brasileira de*

*Assistência* (LBA) e agências financiadoras estrangeiras, da Itália, Alemanha e Holanda. Com este apoio construíram um espaço educativo que hoje conta com a creche, que atende crianças de 1 a 5 anos de idade, atividades de cultura popular, reforço escolar para crianças e um núcleo profissionalizante em informática para adolescentes e jovens. Sobre a importância desses apoios, a coordenadora do centro fez questão de ressaltar que a creche teve uma ajuda não muito expressiva do poder público: “O apoio do Governo do Estado é apenas esta sala aqui e a secretaria. [...] Da antiga COHAB e da Prefeitura de Camaragibe temos uma bacia sanitária que está ali no primeiro banheiro. Guardamos como registro histórico!”

Durante o crescimento, tanto da estrutura como dos serviços oferecidos, o coletivo ocupou-se de fortalecer as questões pedagógicas ancoradas na Educação Popular, fortalecendo e valorizando as práticas coletivas através do diálogo. As decisões acerca do andamento da creche, bem como seu “destino”, eram de igual modo pautadas na participação. No entanto, hoje, o centro, que sempre fora motivo de admiração por ter essa gestão em sintonia, passa por diversos problemas que permeiam o espírito de coletividade, o sentido de autonomia e a decisão dos rumos de uma atividade que não passa mais pela lógica da ideologia e militância de um trabalho comunitário. Segundo a coordenadora, os recursos são escassos e as pessoas já não se engajam no trabalho como antes, pois concebem este espaço apenas como uma atividade remunerada, uma prestação de serviços. Esta última questão tem inclusive fragmentado bastante o grupo que ainda conserva um número considerável de pessoas da época da formação inicial do centro.

*Tínhamos criatividade, garra, disposição [...] tínhamos ideologia! Tudo isso foi esquecido, quem anda nos acompanhando não tem disposição para as reuniões de decisões coletivas: preferem usar esse tempo para as farras [...] é uma ladainha para se reunir! Antes isso era por prazer [...] é muito mais uma cabeça de funcionário que de militante! (Coordenadora do Centro)*

Um dos fatores de maior preocupação dos representantes do centro é a respeito da manutenção do mesmo e de uma possível autonomia da instituição, mesmo estando tão fragilizada. Segundo a coordenação, o apoio pontual que a Prefeitura vem dando especificamente para a creche abalou bastante a verve coletiva. A Prefeitura doou fardamentos para as crianças, que antes eram custeados a preços simbólicos pelas famílias. As professoras foram incorporadas ao programa de formação continuada da Rede e existe

uma proposta do poder público em assumir a creche, trazendo-a para a composição da Rede no atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Este apoio tem despertado um sentimento de recompensa e melhoria em algumas pessoas do coletivo e de algumas famílias, o que, segundo a coordenação, vem deixando o grupo bastante dividido.

Na entrega dos fardamentos a prefeitura bota um carro de som que vem desde lá de baixo! Tiram foto e tudo mais. A gente vem discutindo que não é interessante ter este fardamento [...] mas as pessoas dizem: “Oxente! E a gente vai pagar R\$ 10,00 ou R\$ 15,00 é?!” As educadoras querem funcionar com o calendário e proposta pedagógica da prefeitura [...] e aí começa o conflito! Nós ouvimos as famílias que precisam da creche, não a prefeitura. Essa interferência tem sido muito ruim, com essa sedução [...] a prefeitura pode dividir as pessoas aqui dentro (Coordenadora do Centro).

Apostando na reorganização, o coletivo mantém os momentos pedagógicos de avaliação e sistematização de seus processos. Conta com o apoio de educadores populares e consultorias, ora mantidas pelos apoios estrangeiros, ora solidários e voluntários das pessoas que militam junto aos integrantes do centro. O coletivo também enxerga como importante a participação em outros espaços de discussão e controle social, como fóruns, conselhos e o movimento social de modo geral. O grupo tem representações diversas, desde o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento de Mulheres, até a movimentação em defesa da Educação pública, gratuita e de qualidade. Uma das questões que o centro faz questão de ressaltar é a transparência no cumprimento de suas atividades e na prestação de contas aos financiadores, membros do coletivo e comunidade.

### **Uma intersecção: governamentalidade e centro comunitário**

A análise da governamentalidade [...] implica que ‘tudo é político’. [...] A política não é nada mais, nada menos que o que nasce com a resistência à governamentalidade, a primeira sublevação, o primeiro enfrentamento (FOUCAULT, 2008, p. 287).

O conceito de governamentalidade foi desenvolvido por Foucault como definição do ato de estatização das ações de governar. Em várias obras, como *Microfísica do Poder* (1992) e *Segurança, Território e População* (2008), ele explica como a arte de governar foi inventada e gradualmente construída, passando de uma ação baseada na relação entre príncipe (soberano) e principado (súditos), para uma outra ação, pautada numa

racionalidade técnica e ideológica de gestão e gerenciamento entre governante (Estado) e governados (sociedade).

Certamente, na Idade Média ou na Antigüidade greco-romana, sempre existiram tratados que se apresentavam como conselhos ao príncipe quanto ao modo de se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos; conselhos para amar e obedecer a Deus, introduzir na cidade dos homens a lei de Deus, etc. Mas, a partir do século XVI até o final do século XVIII, vê-se desenvolver uma série considerável de tratados que apresentam não mais como conselhos aos príncipes, nem ainda como ciência da política, mas como arte de governar. De modo geral, o problema do governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo – reatualizado, por exemplo, pelo retorno ao estoicismo no século XVI; problema do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problema do governo das crianças, problemática central da pedagogia, que aparece e se desenvolve no século XVI; enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes. Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc. (FOUCAULT, 1992, p. 277-278).

Enquanto no primeiro caso o governo estava focalizado num único sujeito, conforme podemos verificar em *O Príncipe*, de Maquiavel<sup>4</sup>, no segundo, o governo se constitui em múltiplas práticas de governar, como um pai de família, um líder espiritual, um professor, etc., apesar da imanência das práticas de governo em relação ao Estado. Dessa forma, o governo do príncipe era apenas uma modalidade de governo dentre outras.

Nesse sentido, Foucault fala sobre os tipos de governo que se cruzam no interior do Estado e se tornaram a base das teorias da arte de governar, quais sejam: o governo de si mesmo (referente à moral), o governo da família (referente à economia) e o governo do Estado (referente à política). E destaca que estes procuram estabelecer uma continuidade, ascendente e descendente.

Continuidade ascendente no sentido em que aquele que quer governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio. [...] Continuidade descendente no sentido em que, quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem (FOUCAULT, 1992, p. 281).

Assim, possuir a arte de governar não significava mais ser hábil em conquistar território e conservar seu principado, mas saber dominar as coisas e os homens desse território em suas relações. Esse argumento é defendido por Foucault a partir de uma série

---

<sup>4</sup> Obra que trata da habilidade do príncipe em conservar seu principado, haja vista a fragilidade de seu governo, tanto externamente (perigo de inimigos tomarem seu principado), quanto internamente (não havendo razão *a priori* para que os súditos aceitem seu governo).

de observações que tece sobre um dos primeiros textos da literatura anti-Maquiavel, *Miroir politique contenant diverses manières de gouverner*, de Guillaume de La Perrière, quando este afirma que “governo é uma correta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (FOUCAULT, 1992, p. 282). Porém, vale destacar que ele não se refere a uma condução ao bem comum, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar. Seria pensar que na creche haveria alguém encarregado por definir/dispor as pessoas às coisas as quais deveriam ser responsáveis. E isto fica exposto quando, em razão do não cumprimento de atividades essenciais<sup>5</sup>, alguns sujeitos do coletivo declaram ter um sentimento de necessidade de um líder. E este líder, ao invés de manter as atividades sob a forma de acordos entre o grupo, deveria instituir regras e normas de funcionamento.

Isso demonstra que o governo implica não somente uma gestão sobre a população, como também um controle das estratégias que os indivíduos têm consigo mesmos e uns em relação aos outros. Contudo, este modelo de governo não se pautaria apenas na instituição de regras ou leis, mas na utilização destas ao máximo como táticas de governo.

Esta racionalidade, ou seja, esta ação intencional que programa e orienta o conjunto da conduta humana subjacente ao Estado se vale de duas técnicas para assegurar sua existência: a tecnologia de dominação e a tecnologia do eu. Essas tecnologias perpassam a questão do poder analisada por Foucault não como um poder centralizado e estático, mas, sim em relações de poder já constituídas, como a família, a escola, etc.

São nessas relações de poder que o Estado pode operar e assim aplicar suas técnicas de regulação e controle da sociedade. As relações de poder, por sua vez, são constituídas por discursos “verdadeiros” que vão produzindo quadros de normalidade, haja vista o saber que se desenvolve no exercício do poder.

[...] ‘mais saberes conferem maiores poderes’. Foucault não discorda inteiramente disso, mas mostra que, antes e, sobretudo, os saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem (VEIGA-NETO, 2004, p. 141).

Nas falas das professoras da creche, este saber que tem vontade de poder mostra-se claramente no discurso da Prefeitura, pois apesar de a creche funcionar com o objetivo de atender às necessidades das famílias, as professoras desejam seguir o sistema educacional

---

<sup>5</sup> Atividades de limpeza e manutenção do espaço físico.

da rede municipal, incorporando o calendário, a proposta pedagógica, a formação continuada. Enfim, preferem ser profissionais da Prefeitura que da creche, pois acreditam serem mais legítimas as ações da Prefeitura. Porém, esta crença parece estar mais atrelada ao sentimento de que com o gerenciamento da Prefeitura seria possível alcançar estabilidade profissional, remuneração adequada e menos “riscos” na manutenção da creche. Por outro lado, as professoras parecem demonstrar certo conforto com a flexibilidade e aberturas política, pedagógica e administrativa nas ações do centro.

Percebemos nas professoras um desejo de se enquadrar no padrão que confere *status* às professoras da Rede Municipal, como se fossem “menores” por se encontrarem num espaço “menor”, que funciona com uma lógica fora do “normal”. Esse dado possibilita uma reflexão sobre como funcionam as tecnologias de dominação que atuam sobre o corpo, classificando e objetificando as pessoas, uma vez que legitimam determinados quadros de normalidade a partir de blocos disciplinares que seguem uma organização do espaço, do tempo e das capacidades (manicômio, prisão, escola, etc.). Do mesmo modo, podemos ver como as tecnologias do eu, baseiam-se na crença de que é possível dizer a verdade sobre o próprio eu e isto se constrói quando o indivíduo aceita as classificações e objetivos das tecnologias de dominação (terapias, programas de formação continuada, etc.).

O tema da dominação por parte de outros é um tema constante em Foucault. As Ciências Humanas, ao classificar e objetificar os indivíduos, transformam as pessoas em sujeitos (*subjugados*). Se a mudança de ênfase, do ‘cuida do teu próprio eu’ para ‘conhece-te a ti mesmo’, já era suficientemente ruim, trata-se agora de um eu que deve ser conhecido através das Ciências Humanas. Cuidar do próprio eu no século XX passou a significar ajustar-se ao exterior, oferecer-se, com um conjunto de ‘verdades’ que, ao serem aprendidas, memorizadas e progressivamente postas em prática, constroem um sujeito com um certo modo de ser e uma certa maneira visível de agir. Foucault acredita que esse eu moderno *não* é livre porque na medida em que é produto das Ciências Humanas, o objetivo tem sido o controle político e não a liberdade (MARSHALL, 1994. P. 28).

Neste sentido, a razão do Estado moderno (neoliberal) é tornar as pessoas governáveis a partir de um sentimento de liberdade que está pautado num discurso de busca pessoal de autonomia e identidade, em que as pessoas, a partir do exame e da confissão, são classificadas e a verdade sobre si mesmas lhes é revelada, ou seja, é necessário que elas passem por este procedimento para se conhecerem. Sendo assim, tornam-se corpos dóceis, passíveis de governo.

Ao analisarmos o neoliberalismo como sugere Foucault, sendo este uma questão de governamentalidade e não apenas de questões econômicas atreladas ao capitalismo, percebemos mais convergências que contraposições. Nesse neoliberalismo apresentado por Foucault, as tecnologias de subjetivação dizem-se libertárias, ou seja, não figuram como um elemento revolucionário, ao contrário, elas aparecem como uma “concessão”. O sujeito é levado a pensar que é autônomo, que é liberto e que intervém. Na análise de Silva (1998), sobre o neoliberalismo na reflexão foucaultiana, não é paradoxo dizer que mais autonomia significa mais governo (no sentido de controle da conduta) ou que mais cidadania significa também mais regulação.

Esta última afirmação está estreitamente ligada à proposta feita pela Prefeitura ao centro para que este repassasse a creche para seus “cuidados”. Os responsáveis pela administração do centro estão divididos em dois grupos basicamente: um que acredita que esta adoção seria inviável, pois violaria os princípios que originaram e regem seu funcionamento e que pouco ou nada da identidade da organização seria mantido; e outro que crê que estão acessando direitos adquiridos por mobilizarem o poder estatal em benefício das organizações sociais, não afetando dessa maneira a autonomia da instituição e considerando-se mais cidadãos por isso.

A nosso ver, a incorporação dessa unidade educacional ao sistema municipal de ensino abre a possibilidade para que haja uma intervenção (ou até mesmo uma transformação) no processo de formação humana das crianças atendidas. Além disso, o interesse da Prefeitura em gerir a creche do centro comunitário se põe como uma expressão do seu desejo em conduzir/controlar mais especificamente as relações dos sujeitos que nela atuam, diminuindo as possibilidades de conflitos reivindicatórios<sup>6</sup>.

Essa situação nos remete às reflexões de Foucault sobre a governamentalidade pautada num tipo de poder específico, o poder pastoral. Este, tendo por objetivo a conduta dos homens, preocupa-se em conduzi-los.

[...] correlativamente a isso, apareceram movimentos tão específicos quanto esse poder pastoral, movimentos específicos que são resistências, insubmissões, algo que poderíamos chamar de revoltas específicas de conduta, aqui também deixando à palavra ‘conduta’ toda sua ambiguidade. São movimentos que tem como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e de outros métodos. São

---

<sup>6</sup> Conflitos a que Foucault chamaria de *resistências de conduta*.

movimentos que também procuram, eventualmente em todo caso, escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir (FOUCAULT, 2008, p. 256-257).

Nessa perspectiva, o sujeito “inexiste”, ele é aquilo que pode ser feito dele, posto que a subjetividade e as relações de poder são indissociáveis. Esta é a base das tecnologias da subjetividade, nas quais a subjetividade é um efeito, uma produção e não uma origem: ocorre uma modelagem, uma forja e não um sujeito formando-se autonomamente em suas escolhas. MARSHALL (1994) afirma que, para Foucault, “[...] a compreensão que temos de nós mesmos como pessoas capazes de efetuar escolhas livres e autônomas é, ela própria, uma construção que nos permite ser *governados*, tanto individual quanto coletivamente.” (p. 22)

Este caráter dualista do governo é mais uma categoria importante na análise foucaultiana da razão de Estado. Foucault identificou três tipos de luta que ocorrem no processo de “governo dos indivíduos”<sup>7</sup>: 1) contra as formas de dominação; 2) contra as formas de exploração que separam os indivíduos do que eles produzem e 3) contra aquilo que prende o indivíduo a si próprio submetendo-o a outros. É desta última luta que emerge o poder do Estado, que é ao mesmo tempo individualizante e totalizante. Foucault viu historicamente que este poder manifesta-se pela técnica de poder pastoral, assumindo no Estado moderno uma nova forma que provoca na sociedade uma individualização.

Que a crítica política tenha censurado o Estado por ser simultaneamente um fator de individualização e um princípio totalitário é extremamente revelador. Basta observar a racionalidade do Estado nascente e ver qual foi seu primeiro projeto de polícia, para se dar conta de que, desde os seus primórdios, o Estado foi ao mesmo tempo individualizante e totalitário. Opor-lhe o indivíduo e seus interesses é tão fortuito quanto opor-lhe a comunidade e suas exigências. A racionalidade política se desenvolveu e se impôs ao longo da história das sociedades ocidentais. Inicialmente, ela se enraizou na idéia do poder pastoral, depois, na da razão de Estado. A individualização e a totalização são seus efeitos inevitáveis. A liberação só pode vir do ataque não a um ou outros desses efeitos, mas às próprias raízes da racionalidade política (FOUCAULT, 2006, p. 385).

Na interpretação de Peters (1994),

O problema, portanto, não é o de nos libertar do Estado *per se*, mas do tipo de individualização que está vinculado ao Estado através dessa nova forma de poder pastoral e promover novas formas de subjetividade que escapem a esse tipo de individualização que nos tem sido imposto (p. 215).

---

<sup>7</sup> O “governo dos indivíduos” também é lido em Foucault como “governo dos homens”.

No entanto, o poder pastoral é no Estado moderno apenas uma das técnicas de governo, ele está contido na sociedade da lei e Estado de Justiça, mas também co-existe com o poder disciplinar que está ligado à sociedade de regulamentação e ao Estado Administrativo, juntamente com os dispositivos de segurança que marcam a sociedade de polícia e o Estado Governamentalizado. Vale ressaltar que todas estas formas de Estado não possuem quebras, uma não anula a outra, eles vão se superpondo de acordo com as necessidades de governo. Mas, especificamente, ser governante na modernidade requer que este dê conta do conjunto e do individual, cuidando da nação assim como um pai cuida de cada um e ao mesmo tempo de todos da família. Assim, o Estado torna-se um “pai provedor” (Estado de Bem-estar Social) que cuida de todos e garante a sobrevivência, sendo a questão econômica o ponto mais significativo das questões políticas. Além disso, este governante deve conhecer aqueles a quem tem que governar, surgindo dessa maneira a Estatística, uma ciência capaz de explicar quem são estes, para que possam ser governados de maneira eficaz.

Este aspecto de cuidado subjacente ao poder pastoral é visível na fala de uma das funcionárias da creche, ao demonstrar o desejo de ter um tutor que oriente as práticas e as relações entre os sujeitos, designando muitas vezes aquilo que devem fazer. No entanto, a mesma dá indícios de que esse desejo se coloca muito mais como uma condição para um bom funcionamento da creche do que como uma opção realmente benéfica, como se fosse um “mal necessário”.

Eu acho que a gente deveria ter um patrão! Porque essa coisa de tá um empregado, um peão mandando no outro, né? É complicado! [...] Aí quando eu vejo alguma coisa que no meu ponto de vista não tá certo, aí eu acho que tem que consertar. Por exemplo, quando eu chego aqui e vejo que a creche tá suja, o corredor tá tudo sujo, alguém tem que mandar limpar. Alguém tem que limpar! E sou eu que vou mandar limpar?! É alguém que tem que mandar limpar. Mas se eu vejo que ninguém vai mandar limpar aí eu vou lá dentro e falo: “por favor fulano, a creche tá suja tem que limpar”. Ou então eu tô na cozinha, aí chega uma pessoa procurando a coordenação e aí ainda não chegou. Poxa! E como é? A pessoa fica aí não tem ninguém pra atender? Alguém tem que atender! Pois é, se eu vejo que uma coisa não tá certa aí eu falo. Aí os outros cria problema porque eu vejo demais, falo demais, né? Tenho iniciativa demais. Por isso é que eu acho que às vezes a gente deveria ter um patrão.

A creche, mesmo estando ancorada nos princípios da Educação Popular e das práticas solidárias e coletivas, demonstra através dessa fala que as relações entre seus integrantes apresentam elementos que não dialogam com esses princípios. Por outro lado, é

possível ver que os conflitos entre esses sujeitos vêm forjando uma relação de poder capaz de minar sua base ético-política. No entanto, isso não ocorre de forma aleatória ou casual, pois Foucault (2008, p. 285) adverte-nos que

toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os põe em confronto ou que os faz realizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos teóricos que justificam moralmente ou fundam em racionalidade essas táticas

De maneira geral, entendendo o conceito de governamentalidade evita-se que façamos uma análise separando a sociedade civil e a sociedade estatal, política. Situações como a ocorrida na creche podem ser analisadas de maneira a desviar o olhar das ações para a racionalidade do Estado, voltar-se às questões da subjetividade.

### **Considerações finais**

O conceito de governamentalidade subsidiou-nos para analisarmos algumas das principais falas trazidas pelas pessoas que compõem o centro comunitário. Como já dissemos, a fala que intitula nosso texto nos orientou para uma reflexão acerca do desejo de gerenciamento. Foi vista uma necessidade de entrega, de uma espécie de tutela, sobretudo por parte do poder estatal, imbuídos de um sentimento de que “o Governo somos nós”.

Sendo o Centro uma atividade ancorada na Educação Popular e também “simpática” à discussão de que o “Governo somos nós”, percebemos que suas práticas parecem fazer uma confusão entre o que seja “Governo” e “Estado”. Tal confusão inviabiliza, dentre outras percepções, a compreensão das estratégias e tecnologias de subjetivação, de dominação do “eu privado” (ROSE, 1998).

Sales (1999) ressalta que a produção do movimento popular, equivocadamente, identifica o Governo com o Estado e o Estado com o Governo. Chama organizações governamentais de organizações públicas e as políticas governamentais, de políticas públicas. Isto também foi alertado por Foucault quando sugere que no pensamento e na análise política não devemos identificar o Governo apenas como Estado.

A concepção de que o Governo é uma representação viva da população passa ao largo do conceito de governamentalidade. As pessoas da realidade analisada estão

imperceptíveis ao processo de subjetivação e de governo das almas que está em movimento. Dessa maneira, os apoios buscados junto à Prefeitura são entendidos como um exercício de tomada de autonomia, uma vez que é pensado que o ato de reivindicar faz dos indivíduos sujeitos autônomos e cientes de seu poder na sociedade.

No entanto, o que ocorre de fato é uma vigilância cerrada das subjetividades, das almas. Ao adentrarmos numa questão micro, percebemos que não há uma individualização, não há um eu privado. Pois essa esfera compõe, obviamente, uma esfera maior que nos diz de uma regulação necessária à arte de governar. As almas, as individualidades não pertencem aos sujeitos, mas respondem a uma engrenagem da arte de governar.

Contudo, terminar nossa reflexão apenas com essa afirmação iria parecer que não há chances de mudança, que estamos fadados ao assujeitamento. Porém, acreditamos que as relações sociais presentes na creche são apenas a ampliação da luta política que se trava em outros espaços, devido às diferentes “posições-de-sujeito”<sup>8</sup> que os indivíduos envolvidos nesta realidade assumem na sociedade. Assim, é importante o uso de mecanismos de luta diversos e específicos.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. *In*: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARSHALL, James. Governamentalidade e educação liberal. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e educação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

---

<sup>8</sup> Termo utilizado por Foucault quando se refere ao discurso como um espaço de posições-de-sujeito e de funções-de-sujeito diferenciadas. (FOUCAULT, 1991 *apud* PETERS, 1994)

ROSE, Nicolas. Governando a alma: a formação do eu privado. *In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Liberdades reguladas**: a perspectiva construtivista e outras formas de governo do eu.* Petrópolis: Vozes, 1998.

SALES, Ivandro da Costa. Educação popular: uma perspectiva, um modo de atuar (Alimentando um debate). *In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MELO NETO, José Francisco de. (Orgs.) **Educação popular**: outros caminhos.* João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Recebido em: 25/05/2014

Aprovado em: 29/05/2014

**Para referenciar este texto:**

NASCIMENTO, Priscila. X. S. do; SILVA, Maria do R. A. da. *“Às vezes, eu penso que era melhor que a gente tivesse um patrão!”* Uma análise situacional do centro comunitário *Vivendo e aprendendo* a partir do conceito de governamentalidade de Michel Foucault. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 4, n. 1, p. 4-17, jan./jul. 2011.